



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 05 de fevereiro de 2025

09:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relatores e deliberação sobre consultas a promover;
 2. Designação de relator para o parecer sobre a constitucionalidade do [Projeto de Lei n.º 394/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - *Pela suspensão anual da compra e venda de animais de companhia durante o período compreendido entre 15 de novembro a 15 de janeiro*, a pedido da Comissão de Agricultura e Pescas;
 3. Distribuição de iniciativas europeias e nomeação de relatores;
 4. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - a) [Projeto de Lei n.º 395/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Altera o regime jurídico do referendo local, eliminando discriminações em vigor quanto aos cidadãos de estados de língua oficial portuguesa com residência legal em Portugal – Relator: Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP);
 - b) [Projeto de Lei n.º 402/XVI/1.ª \(BE\)](#) - Criminaliza a esterilização forçada de pessoas com deficiência e/ou incapazes e garante a proteção dos seus direitos sexuais e reprodutivos – Relatora: Deputada Mariana Leitão (IL);
 5. Discussão e votação do parecer solicitado pela Comissão de Educação e Ciência, sobre a constitucionalidade do [Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, bem como se o mesmo reúne condições constitucionais e regimentais para agendamento para debate na generalidade em Plenário, nos termos das Competências das Comissões Parlamentares Permanentes da XVI Legislatura - Relator: Deputado Pedro Neves de Sousa (PSD);
-



6. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

- a) [Proposta de Lei n.º 9/XVI/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à trigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- b) [Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.ª \(GOV\)](#) - Altera o Código Penal e o Regulamento de Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público e [Projeto de Lei n.º 329/XVI/1.ª \(BE\)](#) - Isenção de custas processuais aos profissionais da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde;
- c) [Proposta de Lei n.º 44/XVI/1.ª \(GOV\)](#) - Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha;

7. Fixação da redação final, nos termos do disposto nos artigos 156.º e 128.º, n.º 6 do RAR, do [Projeto de Resolução n.º 553/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda a adoção de medidas para assegurar o acesso efetivo dos beneficiários de proteção temporária a direitos e a soluções duradouras;

8. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados:

- a) pelo [Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal](#), para audição à porta fechada do chefe de gabinete do ex-Primeiro-Ministro de outubro de 2018 a agosto de 2020, Francisco André, do chefe de gabinete do ex-Primeiro-Ministro, de setembro de 2020 a novembro de 2023, Vítor Escária, do diretor dos Serviços de Informações e Segurança, Adélio Neiva da Cruz, do diretor dos Serviços de Informações Estratégicas de Defesa, José Pedro Martinho da Costa, do diretor da Polícia Judiciária, Luís Neves, da diretora-geral da Autoridade Tributária, Helena Borges e do ex-Primeiro-Ministro e atual Presidente do Conselho Europeu, António Costa, relativamente à descoberta de uma ‘pen drive’ no gabinete de Vítor Escária, enquanto chefe de gabinete do ex-Primeiro-Ministro, alegadamente contendo ficheiros informáticos sobre agentes do SIS, do SIED, da PJ e da AT;
- b) pelo [Grupo Parlamentar do CH](#), para audição urgente à porta fechada, do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, sobre a eventual violação de segredo de Estado, na sequência da descoberta de uma *pen-drive* alegadamente contendo informação altamente sensível e classificada;

9. Admissão e distribuição de petições e discussão e votação de relatórios finais de petições;

10. Anúncio de projetos de voto;

11. Apreciação e votação das atas n.ºs 56 a 63 (correspondentes às reuniões da Comissão do mês de janeiro de 2025);

12. Outros assuntos.



II Parte

11h00

Audição do **Diretor Nacional da PSP, Superintendente Luís Carrilho**, a requerimento do [Grupo Parlamentar do PS](#), do [Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda](#) e do [Grupo Parlamentar do Livre](#), sobre a operação policial efetuada em Lisboa no dia 19 de dezembro de 2024.